Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

Um estudo sobre pautas de mulheres no movimento negro em Pernambuco por meio dos periódicos (1964-1985)	Tayanne Adrian Santana Morais da Silva Raylan Andreza Dias Navarro Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Este artigo tem como objetivo identificar como eram evidenciadas as especificidades das experiências das mulheres negras pelo movimento negro em Pernambuco entre os anos de 1964 e 1985, período do Regime Civil-Militar, caracterizado pela restrição aos direitos civis, censura e supressão à oposição política. Em diálogo com a História Cultural e por meio da pesquisa documental, analisamos os periódicos pernambucanos e com isso foi possível perceber que a partir da segunda metade da década de 1970 e ao longo dos anos de 1980 as pautas das mulheres negras começaram a despontar no âmago dos movimentos sociais negros pernambucanos. Este estudo aponta que as discussões contemporâneas de movimentos como o feminismo negro têm suas origens naquelas promovidas por mulheres negras durante o período do Regime Civil-Militar, bem como reafirma que esses sujeitos femininos, ainda que diante de uma sociedade androcêntrica e racista, se colocaram em posição de resistência por um país efetivamente igualitário.

Palavras-chave: Mulheres negras; Movimento Negro; História Cultural; Periódicos; Pernambuco.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 25, n. 42, dezembro de 2024

A study of women's agendas in the black movement in Pernambuco through periodicals (1964-1985)	Tayanne Adrian Santana Morais da Silva Raylan Andreza Dias Navarro Universidade Federal de Pernambuco

Abstract

The aim of this article is to identify how the specific experiences of black women were highlighted by the black movement in Pernambuco between 1964 and 1985, the period of the Civil-Military Regime, characterized by restrictions on civil rights, censorship and suppression of political opposition. In dialogue with Cultural History and through documentary research, we analyzed Pernambuco's periodicals and were able to see that from the second half of the 1970s and throughout the 1980s, the agendas of black women began to emerge at the heart of Pernambuco's black social movements. This study points out that the contemporary discussions of movements such as black feminism have their origins in those promoted by black women during the period of the Civil-Military Regime, as well as reaffirming that these female subjects, even in the face of an androcentric and racist society, placed themselves in a position of resistance for an effectively egalitarian country.

Keywords: Black women; Black Movement; Cultural History; Periodicals; Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

Delinear um estudo sobre mulheres negras e trazer a essas páginas as suas pautas, sobretudo em um período tão nefasto de nossa história como o próprio título deste artigo propõe, torna necessário enfatizar que a investigação da qual ele resulta possui fortes imbricações com o campo da História das Mulheres. Nas tribunas, nos comícios, nos hospitais, nos quintais das casas, nas escolas, nas igrejas e nos terreiros, dentre tantos outros lugares ocupados por elas, muitos enfrentamentos foram necessários para que suas vozes fossem efetivamente ouvidas, seus direitos debatidos e suas pautas evidenciadas. Autoras como Mary Del Priore (2020), Margareth Rago (2014) e Ana Maria Colling (2004; 2015; 2018) no Brasil, particularmente, evidenciam as possibilidades que o diálogo entre o recorte de gênero feminino e a escrita da história nos oferece no sentido de compreender as contradições, os empasses e a construção de coletivos que militaram por um país, de fato, democrático.

Quando trazemos o recorte racial para o debate, a luta feminina se diversifica e traz nuances que durante décadas foram desprezadas. Além do entendimento sobre as mulheres enquanto sujeitas históricas, levamos em consideração, neste estudo, as relações raciais que as atravessaram e que ainda atravessam tantas outras, dado observado pelo feminismo negro latino-americano, notadamente na obra de Lélia Gonzalez (1984; 1988), Luiza Bairros (1995) e Sueli Carneiro (2001). A partir das análises das autoras, fica evidente que o racismo latino-americano possui camuflados mecanismos de atuação, uma vez que, impregnado pela ideologia do branqueamento, na América Latina negros e indígenas, bem como suas culturas, são relegados a lugares de inferioridade e subordinação, em que os valores do ocidente branco e cristão são tomados como balizadores de crenças e comportamentos (GONZALEZ, 1988).

Lélia Gonzalez (1988) aponta que na sociedade brasileira, em que predomina o racismo por denegação, ou racismo "disfarçado", diferentemente do que acontece em sociedades em que o racismo age de maneira mais incisiva, a exemplo do que ocorre na sociedade estadunidense, a resistência se dá, sobretudo, pela agência no meio cultural. Para Luiza Bairros (1995), a colonização das américas imprimiu as marcas do racismo e do sexismo por meio de um sistema de dominação que se caracteriza por opressões que se intersectam, em que a mulher negra "[...] experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade

desigual racista e sexista" (p. 461). Isto é, a mulher preta, devido ao seu pertencimento étnico-racial, vivencia um quadro de violências diferente daquele experimentado pela mulher de cor branca, o que modifica, por exemplo, a dinâmica de formação dos seus laços afetivos, a experiência com seu próprio corpo e suas formas de atuação no tecido social. Na mesma perspectiva, Sueli Carneiro (2001, p. 1) entende que é preciso considerar as especificidades – tal qual o enfrentamento ao racismo estrutural, ao machismo e ao patriarcado, bem como a sexualização e aos estereótipos que as atravessam – das experiências históricas das mulheres negras, pensar no lugar social reservado a elas e como esses espaços foram apropriados ou não por essas mulheres. Para a autora

> As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não têm dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas… Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2011, n.p.).

Investigar como suas pautas eram percebidas e evidenciadas pelo movimento negro, nos permitiu atentar, historicamente, para as lutas dessas mulheres para que seus direitos, mas antes deles seus desejos e singularidades, fossem debatidos e, assim, desconstruir a visão da mulher negra enquanto sujeito subordinado e resignado, embora forte e resistente corporalmente, que aparece nas páginas da história, comumente, associada ao período da escravização no Brasil.

O Estado de Pernambuco, por sua vez, foi elencado como lócus da pesquisa tendo em vista as transformações e mobilizações de caráter político pelas quais o Estado passou, sobretudo nos anos anteriores ao ano de 1964. De início, é importante ressaltar que em Pernambuco a década de 1960 foi marcada pelo ressurgimento do interesse pela cultura popular. Segundo Santos (2014), houve em terras pernambucanas certo atrelamento entre a cultura e a educação popular por meio do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado pela Prefeitura do Recife, assim como o Movimento de Educação de Base (MEB), instituído pela Igreja Católica em parceria com o governo federal, e diversas ações do

Serviço de Extensão Cultural, da Universidade do Recife (UR), o que fez com o que o Estado angariasse destaque no plano educacional popular, em sua maioria, desmobilizados no período do Regime Civil-Militar "[...] como forma de coibir as resistências e informações que pudessem reavivar as ações mobilizatórias" (SANTOS, 2014, p. 109). A década de 1960 também foi um período de lutas por reforma agrária e justiça social, especialmente no contexto das desigualdades no campo. Movimentos como as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, foram precursores no levante pela reforma agrária em Pernambuco (SANTOS, 2014).

Além deste clima de agitação e levantes populares anteriores a 1964, é preciso enfatizar que, sobretudo no final da década de 1970 e alinhado as pautas do Movimento Negro a nível nacional, tem-se em Pernambuco a construção de grupos como o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), a Frente Negra Pernambucana e o Movimento Negro do Recife, assim como a criação de organizações culturais, a exemplo de afoxés, maracatus, teatro e grupos de dança que carregavam elementos próprios da cultura afro-brasileira (LIMA e GUILLEN, 2021). Nos anos posteriores, tais associações e organizações culturais compuseram o Movimento Negro Unificado (MNU) no Estado, o MCP e o Movimento Negro do Recife. Tal cenário evidencia que tanto nos anos anteriores a 1964, quanto no período do Regime Civil-Militar, Pernambuco experimentou e consolidou mudanças significativas em seus cenários político, cultural, educacional e social, o que reverberou também nas discussões a respeito das pautas de segmentos sociais antes marginalizados, a exemplo da população negra e, em especial, das mulheres negras.

Por último, é preciso apontar que, em Pernambuco, a ausência de revisitação a documentação existente e a incorporação de novas fontes como sugere a História Cultural desde a década de 1960, têm consolidado uma visão homogeneizadora da cultura pernambucana, em que homens e mulheres negras, por vezes, não têm visibilidade (LIMA e GUILLEN, 2021). Assim, ao colocarmos em perspectiva as organizações e movimentos sociais de pessoas negras no Estado no período anunciado, pensamos em contribuir no sentido de desvelar a pluralidade e diversidade cultural pernambucana, bem como cooperar com a pesquisa sobre os movimentos sociais negros que mitigue essa visão homogênea a respeito do cenário cultural pernambucano.

Assim sendo, imperou as seguintes problemáticas investigativas: como eram apresentadas as pautas específicas das mulheres negras em meio às lutas pela democracia que marcaram o Regime Civil-Militar no Brasil (1964-1985)? Mais do que isso, o movimento negro, que conquistou maior notoriedade sobretudo a partir da segunda metade do século XX, conferia efetiva visibilidade às reivindicações específicas das mulheres negras? Como se dava essa visibilização das pautas de mulheres demarcadas racialmente? Com o intento de responder tais questões e contribuir com os estudos que versam sobre as experiências de mulheres negras, empreendemos uma pesquisa documental nos jornais que circulavam em Pernambuco entre os anos de 1964 e 1985, tendo por objetivo identificar como eram evidenciadas as especificidades das experiências dessas mulheres pelo movimento negro no estado em um dos períodos políticos mais sombrios de nossa história, período este em que houve também o fomento dos debates a respeito da ampliação da participação política de diversos setores da sociedade brasileira, a exemplo da população negra.

Para tanto, dialogamos com a História Cultural, com o propósito de compreender aspectos, sentidos e percepções que conduzem a constituição do imaginário social em dado período. Segundo Pesavento (2008), a História Cultural tem como um de seus objetivos entender a realidade do passado a partir de suas interpretações, investigar fatos históricos a partir de elementos cotidianos e subjetivos, tais como ideias, valores e percepções sobre o mundo. Conforme aponta Burke (2005), foi com a valorização e incorporação de novas fontes, por via da História Cultural, e pelas próprias mudanças da noção de documento (LE GOFF, 2010) que os periódicos passaram a ser entendidos como fonte de conhecimento a respeito do passado. Nesse cenário, é condição *sine qua non* compreender que os impressos na pesquisa histórica, não são meros transmissores dos acontecimentos, envoltos na imparcialidade e neutralidade, pelo contrário, através dos periódicos é possível perceber "[...] projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade" (CAPELATO, 1988, p.34).

Para além disso, a imprensa detém "[...] a função de 'despertar as consciências' e 'modelá-las' conforme seus valores e interesses", o que influencia o comportamento político do público leitor (CAPELATO, 1988, p.34). Ainda segundo a autora, a imprensa se coloca como interventora da vida social, se mesclando à vida política ao passo em que também a modifica, o que nos conduz a perceber a fonte periódica como um elemento

que pode desvelar fatores sociais, políticos, culturais e econômicos. Considerando ainda a eclosão de diversos movimentos negros no país, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, e sua consequente aparição nos jornais, é possível perceber se as pautas das mulheres negras circulavam nos grandes veículos de comunicação em Pernambuco.

Nesse sentido é importante compreender como os impressos tratam os diversos grupos sociais e aquilo que acontece na sociedade, assim como acabam "pré-determinando" os papéis que cada grupo social pode assumir. No caso das mulheres particularmente, como mostra Mauad (1999), de forma generalizada, seria à sombra do modelo masculino e seus principais assuntos seriam voltados para o cuidado da aparência e do lar. No entanto, é válido salientar que as camadas populares e seus anseios também eram retratadas nos jornais e o universo das mulheres negras entrou em perspectiva ao longo do século XX. Em oposição a opulência burguesa, as imagens difundidas desse grupo eram a de trabalho, especialmente o do braçal e dando uma grande ênfase à "dificuldade e precariedade" (MAUAD, 1999) vivida por esses sujeitos femininos. Um outro ponto que deve ser analisado é o da sexualização feminina, também mostrado por Mauad (1999) e que foi feito de maneira consciente e, conforme veremos, atravessou as experiências das mulheres negras, por muito tempo vendidas como "mulatas".

Vale destacar ainda que para além do ambiente internacional americano, que vivia sob intensas discussões a respeito do lugar da pessoa negra na sociedade, a exemplo das pautas suscitadas por nomes como Martin Luther King Jr. – líder dos direitos civis nos Estados Unidos, também conhecido por sua luta não violenta contra a discriminação racial e a segregação racial – e Malcom X – também ativista dos direitos civis nos Estados Unidos, conhecido por sua atuação incisiva em prol dos direitos dos afro-americanos – e da criação de movimentos de pessoas negras, a exemplo dos *Black Panters* nos Estados Unidos em 1966, o Regime Civil-Militar via nesses movimentos negros uma ameaça, pois, na lógica dos civis e militares componentes do governo, esses movimentos eram responsáveis por criar, no Brasil, um clima de luta racial (LIMA e GUILLEN, 2021). Assim sendo, entre os anos de 1964 e 1985 houve o crescimento da mobilização de pessoas negras, tanto a nível internacional quanto a nível nacional ainda que em um período imerso na censura e na falsa democracia racial.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que tange aos aspectos metodológicos da pesquisa, dividimos a análise em três etapas. Na primeira, de caráter pragmático, levantamos o número de ocorrências com os descritores entre os anos de 1964 e 1985. No que tange aos descritores[1], foram utilizadas as palavras "mulher negra", "feminismo negro", "feminista negra", "movimento negro", "negritude", "cecerne"[2], "frente negra pernambucana"[3], "encontro de negros do norte e nordeste"[4] e "movimento negro do recife"[5], todas com aspas duplas e letras minúsculas, com o intuito de mapear os periódicos e matérias que versaram sobre a temática mulher negra dentro dos movimentos sociais negros. Quanto ao *lócus* da pesquisa, ou seja, a base de dados, a escolha foi a Hemeroteca Digital Brasileira[6], fruto da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. A forma de pesquisa disponível no acervo é simples e dispõe de mecanismos de busca avançada, permitindo que o pesquisador acesse os arquivos digitalizados através de recortes temporais, locais e por periódicos. A escolha pela referida Hemeroteca deu-se, sobretudo, pela possibilidade de obter os periódicos disponíveis na íntegra e de forma remota.

Ao seguir os procedimentos metodológicos, o levantamento das matérias, artigos, anúncios e reportagens foi realizado entre os dias 21 de abril e 10 de maio de 2023. Reconhece-se que a pesquisa em questão é provisória e que outros arquivos, públicos e pessoais, podem resguardar outros periódicos e publicações seriadas que tratem da mulher negra nos movimentos sociais negros em Pernambuco. Nos mecanismos de busca avançada disponíveis na Hemeroteca, utilizamos a busca por "local" dos quais se originaram as publicações, selecionando, em seguida, o Estado de Pernambuco. Por fim,

[1] A inclusão dos termos "cecerne", "frente negra pernambucana", "encontro de negros do norte e nordeste" e "movimento negro do recife" se deu a propósito da pesquisa sobre associações protagonizadas e/ou fundadas por pessoas negras, realizada, sobretudo, a partir da obra "Movimentos sociais negros em Pernambuco: memória(s) e história(s)", organizado por Ivaldo Marciano de França Lima e Isabel Cristina Martins Guillen.

[2] Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra, o CECERNE, foi fundado no ano de 1979, em Pernambuco, dentro de um período de crescimento das discussões sobre a questão étnico-racial no país.

[3] A Frente Negra Pernambucana surgiu em 1936, passando a se chamar Centro de Cultura Afro-brasileiro em 1937. Em suma, essa instituição defendeu a ideia de que a educação seria uma das principais táticas para a ascensão social da população negra.

[4] Realizado pela primeira vez em 1981 tendo como sede o estado de Pernambuco.

[5] Diante das dificuldades e disputas vividas no interior do CECERNE, parte de seus militantes criaram e migraram para uma nova organização, sob o nome de Movimento Negro do Recife que mais tarde iria compor ao MNU.

[6] A Hemeroteca se configura como um portal de periódicos nacional que possibilita uma ampla consulta, pela internet, de periódicos e outras publicações seriadas, a exemplo do Correio Braziliense e a Gazeta do Rio de Janeiro, ambos fundados em 1808, primeiros jornais criados no país, até mesmo as primeiras edições de jornais ainda em circulação, como o Diário de Pernambuco.

para afunilar e obter os periódicos entre os anos de 1964 e 1985, utilizamos também o mecanismo de busca por "período", selecionando respectivamente as décadas de 1960-1969, 1970-1979 e 1980-1989, conforme disponível na Hemeroteca. No quadro 1 abaixo, é possível observar parte dos periódicos que circulavam à época de acordo com a década e que estão disponíveis no referido acervo digital.

Quadro 1 – Periódicos pernambucanos entre os anos de 1960 e 1980 que constam na Hemeroteca

1960-1969	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	Maria (PE)	Última Hora (PE)	O Lidador (PE)	Correio de Recife (PE)
1970-1979	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	-	-	O Lidador (PE)	-
1980-1989	Diário de Pernambuco (PE)	Diário da Manhã (PE)	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

O periódico Maria circulou entre os anos de 1919 e 1969, já o jornal Última Hora circulou por apenas dois anos, entre 1962 e 1964. O Lidador, teve uma existência mais duradoura entre os anos de 1883 e 1976, enquanto o Correio de Recife circulou apenas no ano de 1966. Como podemos perceber no quadro 1, ao longo das décadas de 1960 e 1980, quatro dos seis jornais alocados na Hemeroteca, aparentemente, pararam de circular, por vezes fruto das circunstâncias oriundas do novo Regime, como foi o caso do periódico Última Hora, um dos poucos periódicos a defender o governo de João Goulart em 1 de abril de 1964, e que teve sua sede invadida e depredada pela polícia (GASPARI, 2014). Os dois jornais que permaneceram em circulação ao longo de todos os anos entre 1964 e 1985, por seu turno, foram o Diário de Pernambuco e o Diário da Manhã, e dos quais oriunda as matérias, artigos e reportagens aqui analisados.

Fundado em 16 de abril de 1927 por Carlos de Lima Cavalcanti[7], o Diário da Manhã foi um periódico matutino predominantemente político cuja fundação, em 1927, remonta ao início dos movimentos que antecederam a chamada "República Velha", tornando-se ao longo dos anos referência de leitura para diversas lideranças políticas da Região Nordeste, conforme consta no site da Hemeroteca. Em seu histórico, o Diário da

[7] Político e jurista brasileiro, nascido em 18 de setembro de 1892 em Paudalho, Pernambuco, e falecido em 13 de fevereiro de 1982 em Recife, Pernambuco.

Manhã contribuiu com o movimento que resultou na Revolução de 1930, capitaneada por Getúlio Vargas, de quem Carlos de Lima Cavalcanti era simpatizante. Contudo, divergências políticas entre seu fundador e Vargas fez com que o Diário da Manhã se tornasse um veículo de oposição ao governo que se desenhava. Com o passar dos anos o jornal mudou de donos e sedes constantemente até que fechou entre os anos de 1950 e 1962. Em sua reabertura o periódico esteve sob a direção do jornalista Heleno Fonseca de Gouveia[8]. O jornal funciona até hoje.

A respeito do periódico Diário de Pernambuco, é um jornal publicado na cidade do Recife, capital de Pernambuco, e que também é o mais antigo periódico em circulação da América Latina. Fundado em 1825 pelo tipógrafo Antonino José de Miranda Falcão[9], começou suas publicações como um impresso de única folha em que constavam anúncios, achados e perdidos. Na década de 1960, o periódico adotou uma política de oposição ao governo de João Goulart, bem como apoiou o movimento político-militar de 31 de março de 1964 (TAVARES, 2022), que também depôs o governo Goulart e afastou o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes[10].

A seguir, o quadro 2, no entanto, nos oferece alguns dados a respeito do crescimento, em números, de menções sobre as pautas raciais, ainda que com o número reduzido de jornais. É possível perceber que entre os anos de 1964 e 1985, houve um significativo número de registros da questão racial enquanto tema tratado pelos jornais, somando, ao todo são 450 menções com os descritores estabelecidos. Os descritores "mulher negra", "movimento negro" e "negritude", especificamente, foram os mais expressivos nas ocorrências, o que, em um primeiro momento, revela a aparição destes debates na sociedade pernambucana.

Quadro 2 - Resultados das ocorrências observadas na pesquisa com os descritores

	mulher negra	feminismo negro	feminista negra	movimento negro	negritude	cecerne	frente negra pernambucana	encontro de negros do norte e nordeste	movimento negro do recife

[8] Jornalista pernambucano que permaneceu na direção do jornal até o ano de seu falecimento, em 2002
[9] Foi um tipógrafo e jornalista, nascido em 1798 no Rio de Janeiro e falecido em 1878.
[10] Advogado, economista e político brasileiro filiado ao Partido Socialista Brasileiro, nascido em 1916 e falecido em 2005. Seu mandato enquanto governador de Pernambuco foi marcado por políticas de caráter progressista, em que implementou projetos de desenvolvimento econômico e cultural, além de medidas que visavam a melhoria das condições dos trabalhadores, sobretudo dos meios rurais.

1964-1969	3	0	0	13	14	0	0	0	0
1970-1979	33	1	0	18	66	0	2	0	0
1980-1985	55	0	0	138	70	17	4	5	11
Total	**91**	**1**	**0**	**169**	**150**	**17**	**6**	**5**	**11**

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir da pesquisa nos jornais Diário de Pernambuco e Diário da Manhã (2023)

O quadro 2 também aponta para o dado de que as feministas negras[11] e o feminismo negro[12] – notadamente reconhecido por introduzir o recorte racial ao movimento feminista – no que se refere aos números, ainda não eram temas especificamente abordados pelos periódicos, o que revela que a temática específica das mulheres negras dentro do movimento feminista ainda não se constituía como assuntos relevantes para os jornais ou mesmo para as mulheres negras pernambucanas. Isto porque o movimento feminista tem suas origens não apenas por mulheres consideradas brancas, mas de classe média.[13] Entretanto, com o número de menções às mulheres negras nos periódicos, podemos inferir em um segundo momento que a temática da mulher negra era abordada em outros espaços para além daqueles ocupados pelo movimento feminista. Ainda que em menor número, as menções sobre associações fundadas por pessoas negras em Pernambuco – tal qual o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE), a Frente Negra Pernambucana e o Movimento Negro do Recife – também passaram a circular nas páginas dos jornais entre as décadas de 1970 e 1980 no Estado.

[11] A primeira menção a uma feminista negra nos jornais pernambucanos, de acordo com a pesquisa, foi no ano de 1988, em uma entrevista com a feminista negra Inaldete Pinheiro de Andrade, uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1988, p. 5).

[12] A única menção entre os anos de 1964 e 1985 ao feminismo negro diz respeito a uma edição do jornal Diário de Pernambuco (1977) que tratava de um espetáculo da Broadway protagonizado por mulheres negras.

[13] No Brasil, o movimento feminista ganhou novos contornos e maior notoriedade a partir da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), uma organização, fundada em 1922, que teve um impacto significativo na promoção dos direitos das mulheres no país e na conquista do direito de voto feminino. Uma de suas principais lideranças foi a feminista Bertha Lutz que liderou campanhas e mobilizações para sensibilizar a sociedade sobre a importância da participação das mulheres na vida política e nas decisões do país.

Mediantes tais dados iniciais, percebe-se que, ainda que o feminismo negro não tenha sido tema relevante para os jornais da época, a mulher negra era assunto de artigos, reportagens e matérias desses periódicos. Restava-nos compreender como suas pautas eram debatidas nessas publicações e se o movimento negro era um dos mobilizadores dessa visibilidade nos periódicos e em que tipo de periódicos. Passada a primeira etapa, seguimos para a segunda, de caráter mais seletivo, em que fizemos a escolha das matérias que constituíram o *corpus* documental aqui analisado e que revelaria, de fato as pautas procuradas. Dado o alto número de ocorrências na pesquisa com os descritores, estabelecemos critérios de inclusão e exclusão de matérias, artigos, anúncios e reportagens para afunilar os resultados e realizar a análise.

Quantos aos critérios de inclusão das publicações, foram eles: a) pautas sobre os movimentos negros que abordassem as mulheres negras; b) matérias, artigos, anúncios e reportagens protagonizados por mulheres negras ligadas ao movimento negro e que tratassem das pautas femininas negras; c) pautas raciais presentes nos periódicos que incluíssem de alguma forma a mulher negra em sua abordagem; d) matérias, artigos e reportagens que abordassem eventos e seminários criados pelos movimentos negros que tivessem como uma de suas pautas a questão da mulher negra. A respeito dos critérios de exclusão, estes foram: a) pautas sobre o movimento negro que não incluíssem a mulher negra; b) matérias, artigos, anúncios e reportagens que tratassem de pautas raciais e que não envolvessem mulheres negras; c) notícias que citassem fenótipos das mulheres negras apenas como descritores de vítimas de crimes que não tivessem como mote a questão racial; d) pautas sobre eventos e seminários criados pelos movimentos negros que não tivessem como um de seus assuntos a mulher negra.

Mediante os critérios de inclusão e exclusão dos materiais contidos nos periódicos, nota-se que as matérias, as reportagens e os artigos selecionados visaram mapear como, em Pernambuco, as pautas das mulheres negras eram evidenciadas pelos movimentos negros. Assim como pode ser percebido no quadro 3, das 450 ocorrências com os descritores, selecionamos inicialmente 49 entre matérias, artigos e reportagens que, de algum modo, tratassem do que fora delimitado como foco das análises.

Quadro 3 - Resultados das ocorrências observadas e das matérias selecionadas

Descritor	Nº de ocorrências	Nº de seleções	Jornais

mulher negra	91	24	Diário de Pernambuco
feminismo negro	1	0	Diário de Pernambuco
feminista negra	0	0	-
movimento negro	169	6	Diário de Pernambuco
Negritude	150	4	Diário de Pernambuco
Cecerne	17	9	Diário de Pernambuco e Diário da Manhã
frente negra pernambucana	6	0	-
encontro de negros do norte e nordeste	5	3	Diário de Pernambuco
movimento negro do recife	11	3	Diário de Pernambuco
Total	450	49	-

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Deste primeiro levantamento, selecionamos 26 matérias, reportagens anúncios e artigos a serem efetivamente analisados. Como já apontamos, o feminismo negro ainda não era, entre os anos de 1964 e 1985, tema abordado pelos jornais pernambucanos, ainda que as menções ao feminismo e às feministas[14] ultrapassam em muito os números até aqui apresentados, o que nos permite inferir que, ao menos no movimento feminista, as mulheres negras ainda não eram visibilizadas, contudo, as pautas dessas mulheres dentro do Movimento Negro de algum modo apareciam nas páginas dos periódicos. É preciso ressaltar que as mulheres, sobretudo a partir da década de 1970 – em que os movimentos negro e feminista experimentavam o aumento de seus debates e a visibilidade de suas pautas – foram gradativamente conquistando espaços de participação nas associações negras, ocupando cargos de liderança e introduzindo discussões que evidenciavam as particularidades da condição feminina negra. Como aponta Santos (2009, p. 277), ao estudar a presença e a ação política das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil.

> [...] as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papeis mais ativos no que se referia à luta política, contrapondo-se aos papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar, que eram destinados a elas nos eventos de encontros promovidos pelo movimento.

[14] Entre os anos de 1964 e 1985, a pesquisa com o termo “feminismo” na Hemeroteca soma 435 resultados. A pesquisa com o termo “feminista”, por seu turno, soma 950 resultados.

Como veremos por meio da análise das produções jornalísticas, os movimentos negros em Pernambuco – e as mulheres que dele participavam – acompanhavam esses debates. Desde a gênese do movimento no Estado, as mulheres foram partícipes de sua fundação e manutenção, o que reverberava na aparição do tema da mulher negra nos periódicos. Assim, ainda que de forma tímida, é perceptível através dos jornais que ativistas, centros, frentes e movimentos sociais negros pernambucanos participavam de congressos, reuniões e associações que tinham como uma de suas pautas a mulher negra, por vezes como denúncia de sua situação, mas também como exaltação à essas mulheres e seu papel na manutenção da cultura afro-brasileira, conforme veremos.

3. AS PAUTAS DAS MULHERES NEGRAS POR MEIO DA MÍDIA IMPRESSA

À redação do Diário de Pernambuco (1976), um senhor de nome Manuel Raposo Torres escreveu uma carta sobre a existência de uma estátua cuja história se apresentava duvidosa. Localizada em um dos canteiros da Praça Dr. Domingos Abreu Vasconcelos, no município de Nazaré da Mata, região da Zona da Mata de Pernambuco, a estátua era de uma mulher negra cujos braços estavam algemados. No pedestal da estátua, não constava qualquer informação que remetesse a origem daquela mulher que ali fora representada, contudo, o senhor Manuel informou ao Diário em sua carta que um orador popular, em uma festa pública da cidade, defendia que se tratava de uma mulher chamada Ana Rosa, tida pelo orador como "[...] escrava de um Senhor brutal e desumano, o que a levou a matá-lo. Fora condenada à morte e executada naquele mesmo lugar" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976, p. 4). O senhor Manuel, no entanto, acreditava que Ana Rosa era escrava de um senhor solteiro que não aceitou quando este se casou, envenenando sua senhora e por isso condenada à morte e executada naquela mesma praça. A carta dizia ser a estátua "[...] um atentado a sociedade nazarena e desrespeito à Justiça da época" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1976, p. 4).

Ainda que não se saiba se a estátua era de uma escravizada torturada ou de uma escravizada criminosa, é preciso ressaltar que se tratava de uma mulher negra, representada por ter sido morta em praça pública nos tempos da escravização – presente no monumento através das correntes que pendiam dos braços da mulher – do povo negro no Brasil. É válido ressaltar ainda que "[...] o patrimônio nacional foi construído sob a

égide da colonialidade", visto que é comum encontrar estátuas, escolas, avenidas, dentre outros monumentos que visam homenagear personalidades como, por exemplo, Duque de Caxias, Pedro Álvares Cabral e Borba Gato, ao passo que não encontramos com a mesma facilidade celebrações de figuras a exemplo de Zumbi e menos ainda às figuras negras femininas, tais como Dandara dos Palmares e Maria Felipa (FREITAS, 2021, p. 84).

Nesse sentido, tal estátua pode ser interpretada como expressão artística que buscava, de certo modo, transmitir as experiências dolorosas e desumanizadoras enfrentadas pelas mulheres escravizadas. Contudo, ainda que pareça destacar a resiliência e a luta desses seres femininos em face do poder e da exploração a que foram submetidos, é de fundamental importância reconhecer que essa representação visual pode resguardar limitações, tendo em vista que focaliza somente um aspecto específico da experiência histórica das mulheres negras. Se "contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo" (BENJAMIN, 1987, p. 202) a existência da estátua da escravizada, no entanto, demonstra que mesmo diante de monumentos que homenageavam – e ainda homenageiam – figuras brancas e escravocratas, tínhamos também iniciativas que, ressalvadas as temporalidades distintas das homenagens, visavam, de certo modo, contar outras histórias e ir de encontro às celebrações deste passado colonial, se valendo, ainda que de forma escabreada, de figuras femininas em meio a um período que, segundo Schwarcz e Starling (2015) celebrava a diversidade e a integração entre as raças, mascarando as mazelas que atingiam, sobretudo, a população feminina negra.

A pesquisa documental realizada na Hemeroteca dá conta de um cenário semelhante no que diz respeito ao tratamento do movimento negro às pautas das mulheres negras. As matérias, artigos e anúncios aqui selecionados desvelam um clima social em que as demandas específicas das mulheres demarcadas racialmente começavam a despontar no âmago dos movimentos negros e que Pernambuco seguiu essa tendência. Em edição do jornal Diário de Pernambuco (1977), por exemplo, o articulista Amaury Pedrosa da redação teceu suas opiniões a respeito de algumas teses defendidas pelo ativista negro Abdias Nascimento[15] que, segundo o articulista, pouco inovavam no que

[15] Nascido em 1914, Abdias Nascimento foi um ativista, poeta, ator, dramaturgo e artista visual que lutou pelos direitos do povo negro no Brasil. Sua importância para a arte afro-brasileira tem na criação do Teatro Experimental do Negro um dos seus exemplos, sendo também autor de obras em que denunciou o racismo,

tange a questão racial no Brasil se comparado às obras do brasilianista Thomas Skidmore[16]. Para Amaury Pedrosa, Abdias Nascimento "remoía" as mesmas proposições de Skidmore, a exemplo do embranquecimento premeditado da população negra e a inexistência de diplomatas brasileiros negros.

Amaury Pedrosa, ao que indica seu artigo de opinião, contestava as teses de Abdias Nascimento e Thomas Skidmore, bem como considerava que a população recifense, e por extensão toda sociedade brasileira, se mostrava avessa a casos de discriminação racial. Ou seja, é perceptível que o articulista considerava os estudos dos autores citados como posicionamentos radicais que contradiziam a real postura dos brasileiros face aos problemas de ordem racial no país, o que em muito coadunava com o clima de falsa democracia racial em que o período do Regime Civil-Militar estava imerso[17]. Contudo, uma análise mais detida do artigo de opinião em questão desvela que a exploração sexual da mulher negra era um dos temas comuns aos dois estudiosos. Segundo o articulista, ambos os escritores afirmavam que havia em terras brasileiras a exportação das "mulatas" como produto nacional, bem como uma exploração sexual da mulher negra pelo homem branco "que lhe oferece amor, mas, lhe escamoteia posição de dignidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1977, p. 11). Por meio da opinião de Amaury Pedrosa é possível apontar que ativistas e estudiosos negros brasileiros, a exemplo de Abdias Nascimento, denunciavam já na década de 1970 as opressões a que eram submetidas as mulheres negras, o que de certa forma rompia com os laços da integração racial e evidenciava, resguardadas as devidas proporções, o recorte de gênero dentro da pauta racial.

Poucos anos depois, em entrevista cedida ao Diário de Pernambuco (1980a), o próprio Abdias Nascimento se valeu da imprensa pernambucana para expor o racismo a que estava submetida a população negra brasileira e em seu livro não obliterou em falar da mulher negra. Vindo a Recife, a convite de membros de associações negras no Estado

a exemplo de "Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado". Faleceu no Rio de Janeiro aos 97 anos.

[16] Thomas Skidmore foi um historiador brasilianista nascido nos Estados Unidos no ano de 1932. Duas de suas principais obras são "Brasil: de Getúlio a Castelo" e "Brasil: de Castelo a Tancredo". Faleceu em 2016, aos 83 anos.

[17] O chamado "mito da democracia racial" é uma ideia que se popularizou no Brasil, sobretudo ao longo do século XX, que propunha ser o país caracterizado pela harmoniosa convivência entre diferentes grupos étnicos, principalmente brancos e negros, e que o racismo e a discriminação não seriam problemas relevantes para a sociedade brasileira.

para lançamento de seu livro "O quilombismo", o líder negro mostrava-se temeroso de encontrar em Pernambuco "[...] possíveis reações ferozes ao movimento lançado por ele em São Paulo" e que agora se alastrava por todo o país (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 3). Abdias Nascimento, ao contrário do que diziam suas expectativas, teve uma recepção positiva em Pernambuco, onde dialogou com intelectuais e estudantes, participou de programas de rádio e TV, bem como prestou declarações à imprensa escrita, inclusive ao Diário.

Como bem aponta a citada publicação, as ideias "radicais" de Abdias do Nascimento não "chocaram" a opinião pública porque "[...] em Pernambuco, estava se enraizando um movimento solidário e paralelo ao seu, de conscientização do negro e de luta por sua valorização" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 3). A publicação se tratava justamente de uma entrevista fruto da gravação do depoimento de Abdias Nascimento para o Departamento de Pesquisa do Diário de Pernambuco em que, para além da divulgação da obra "O quilombismo", o líder negro tratou das dificuldades de ser negro mesmo em um país onde a maioria descende de africanos, assim como do crescimento de associações e movimentos negros no Brasil. É perceptível com isso que na década de 1980 o clima social do Diário mostrava-se receptivo ao movimento negro e seus militantes. Mais do que isso, havia certa movimentação de membros do movimento negro recifense em dialogar e divulgar no Estado obras que tratavam das pautas específicas da população negra, obras estas que evidenciavam também a mulher negra.

O mesmo Diário de Pernambuco (1980a), em uma matéria publicada no dia 13 de Maio, ao entrevistar Sylvio Ferreira[18], à época presidente do Centro de Cultura Afro-brasileiro em Pernambuco[19], o CECERNE, afirmava que o negro ainda não havia sido liberto, pelo contrário, o sociólogo pernambucano afirmava que o negro havia passado "[...] da exploração do regime escravocrata para a da exploração pelo regime capitalista" em pleno regime de exceção, e que "o negro com o seu suor construiu o Brasil, e é o que menos usufrui dele". Assim, Sylvio Ferreira ia de encontro ao mito da democracia racial que ainda sustentava o Regime Civil-Militar e, ao falar da miscigenação, o sociólogo

[18] Sylvio Ferreira, nascido em Olinda, em 1953, é psicólogo e professor da Universidade Federal de Pernambuco. Foi também o criador e presidente do CECERNE até 1980.
[19] Criado em 1979, o CECERNE surgiu da necessidade das negras e negros pernambucanos de discutirem a questão racial no Estado. Surgiu inspirado no Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, criado em 1975 no Rio de Janeiro e no Movimento Negro Unificado, em São Paulo.

apontava que essa se configurava não como um meio de integração entre as raças, mas como modo de diluição da cultura negra, dado que irá se repetir em outras edições do mesmo periódico, conforme veremos. De acordo com o sociólogo a mulher negra, neste interim, era tratada como objeto de prazer do homem branco, enquanto o homem negro se valia da mulher branca como forma de ascender socialmente. Assim, a mulher negra, explorada pelo homem branco e escamoteada pelo homem negro, se encontrava em uma posição de sexualização e subalternidade ainda pouco denunciada.

Também no Diário de Pernambuco (1981a), uma matéria sobre Lélia Gonzalez abordava como a socióloga contestava a tese de que o Brasil era uma sociedade interracial perfeita e a mulher negra, nesse sentido, foi bastante evidenciada. Segundo Gonzalez, as mulheres negras têm sido, ao longo da história, "[...] um sustentáculo que permitiu a sobrevivência e a permanência da cultura negra dentro do País", e que dentro do movimento negro, elas se configuravam como um setor muito forte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981, p. 10). Segundo a matéria do jornal pernambucano, a mulher negra sofria uma tripla discriminação que se caracterizava por ser racial, social e sexual, ocupando posições de trabalho mais baixas, a exemplo do trabalho doméstico, sem a garantia de direitos trabalhistas. Lélia Gonzalez foi incisiva ao afirmar em 1981 que nos últimos 18 anos de "governo discricionário, em que se 'consolidou' no País a presença das multinacionais na economia", o que restou à mulher negra foi a posição de "mulata", em que o corpo dela era visto como mercadoria que conferia lucro ao homem branco que a explora.

> Como sempre, o corpo da mulher é que é explorado como mercadoria, portadora de lucros. No fenômeno da mulata, temos mais uma vez a exploração da produção cultural negra por parte das classes dominantes, tornando-se fonte de lucro de um lado. E, por outro, mantendo o povo negro numa situação de alienação. Como exemplo disso, basta olharmos o que vem ocorrendo em relação às escolas de samba forte (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1981, p. 10).

O tom "educativo" da matéria fica evidente se considerarmos o caderno, intitulado "Educação", em que estava localizada. As duas últimas matérias aqui citadas revelam ainda o interesse da redação do periódico em trazer aos seus leitores as pautas raciais, evidenciando, nessa linha de pensamento, a problemática da mulher negra que tem seu corpo explorado ora no campo do trabalho, ora no campo sexual. Tem-se como exemplo também outro artigo publicado no Diário de Pernambuco (1978a), que ao tratar de um estudo realizado sobre a mulher brasileira – mais precisamente sobre o livro intitulado "A

Mulher na América Latina: uma história"[20], de June Hahner – trouxe a opinião de uma jornalista argentina, Nice Rissona, que afirmou ao jornal as desvantagens de ser mulher e negra no Brasil, que "[...] já deu provas históricas de ser uma ampla desvantagem: as negras continuam a ocupar posições mais baixas na sociedade" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978a, p. 3).

Em outras matérias é perceptível que, para além da postura receptiva do jornal de tratar da questão racial e trazer para o debate o recorte de gênero, há também um posicionamento do próprio Movimento Negro recifense de tratar da condição da mulher negra dentro do movimento. Em matéria intitulada "'Movimento' lança hoje, na Unicap, 'Lugar Negro'" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982b), por exemplo, é possível inferir – através da publicação que tratava do lançamento do livro "Lugar de Negro" da autora Lélia Gonzalez – que o Movimento Negro pernambucano buscava fomentar o diálogo com escritores, pesquisadores e líderes do Movimento Negro a nível nacional, o que demonstra, de certo modo, tanto a expansão do Movimento Negro no Brasil, quanto a iniciativa da célula pernambucana do Movimento em dialogar com o que estava sendo produzido no campo das relações raciais. Também por meio desse diálogo com autores negros nacionais, tais quais os já citados Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez – que não se isentavam de tratarem da condição da mulher negra brasileira em seus estudos – paulatinamente o recorte de gênero dentro da questão racial ganhava relevância no seio do Movimento Negro pernambucano.

O artigo de título "Magistratura pernambucana: proibida para mulheres" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1978b) já nos revela inicialmente seu teor, ao tratar da ausência de mulheres no Tribunal de Justiça de Pernambuco, entretanto, também foi pontuado pelo periódico que, para além da pobreza, o fator racial tornava a jornada até os postos da magistratura ainda mais problemática. Cenário análogo reaparece em outra edição do Diário de Pernambuco (1984a, p. 17) em que uma vereadora do Estado, a senhora Edna Santos (PMDB), reiterou as denúncias do presidente do Sindicato dos Bancários, à época o senhor Severino Hélio, sobre "[...] a existência de preconceitos racial e sexual na seleção de pessoal para trabalhar em bancos". Tal ênfase em trazer o fator

[20] "A Mulher na América Latina: Uma História" é um livro escrito por June Edith Hahner e publicado em 1976. Hahner examina a história das mulheres na América Latina, tecendo uma análise das questões de gênero na região, explorando tanto os aspectos culturais e sociais quanto os políticos e econômicos.

racial para os episódios em questão nos permite inferir que a pretensa democracia racial, característica do Regime Civil-Militar como já pontuamos, era debatida inclusive nos postos da magistratura e em postos de trabalhos considerados mais elevados. A vereadora, mulher negra, denunciou ainda o preconceito velado que transparece no comportamento das pessoas diante de mulheres negras que rompeu as barreiras de caráter socioeconômico, o que se revela como fruto do preconceito que delega a elas os postos de trabalho estritamente domésticos.

Em outra matéria, de título "Assessor preocupado com posição da mulher negra na sociedade" o periódico trouxe também a preocupação do assessor para Assuntos Afro-Brasileiros do Ministério da Cultura, à época o advogado e ativista Carlos Moura, a respeito do lugar ocupado pela mulher negra na sociedade. Segundo o periódico, o assessor reafirmou a questão da dupla discriminação da mulher negra que sofre preconceito pela raça e pelo gênero, bem como a marginalização por ela sofrida no campo escolar e do trabalho (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985a). Conforme relatou o assessor,

> [...] as oportunidades crescem em razão do embranquecimento da pele [...] prova-se que 65% das mulheres brasileiras ganham, no máximo, dois salários mínimos. Aproximadamente 32,1% da força de trabalho feminina estão subempregadas e 21% trabalham mais de 50 horas semanais. No conjunto geral, apenas, 7% das mulheres ocupam cargos e salários altos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985a, p. 12).

Com isso, é preciso enfatizar que o leitor do Diário de Pernambuco tinha a seu dispor artigos, matérias e reportagens que buscavam evidenciar a dupla discriminação da mulher negra também nos cargos de poder e em postos de trabalho que geravam maior poder aquisitivo. Em matéria extensa sobre o racismo nas escolas intitulada "Racismo – um preconceito que chega às escolas", o Diário de Pernambuco (1980b) tratou também de citar os estereótipos que cercavam as mulheres negras e a falta de variedade dos brinquedos com visões positivas e não estereotipadas para a população afro-brasileira.

É possível notar ainda que o Diário se volta para a recorrência do tratamento da mulher negra sempre como empregada doméstica nos jogos educativos, afirmando ainda que o elemento negro, nos programas de televisão, aparecia em "número reduzidíssimo e colocado como personagem engraçado ou de nível intelectual inferior" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980b, p. 1). Percebe-se, com isso, que havia na redação do periódico certa atenção para a causa racial e que a mulher negra era tida como alvo de estereótipos,

preconceitos e marginalizações, assim como a noção de que a figura feminina negra, sobretudo no processo de abolição, fora apagada das narrativas históricas, elementos que reverberavam na questão racial dentro dos espaços escolares.

Em outra matéria de título "Negro é quem mais tenta o suicídio, segundo legistas", o Diário de Pernambuco (1980c), ao tratar das taxas de suicídio segundo estudiosos, deixou evidente para seus leitores que eram mais altas entre a população de cor negra. Ao abordar os estigmas étnico-raciais e de gênero, a edição não obliterou em trazer a pauta a miscigenação como produto vendido ao mundo pelo Brasil e da condição da mulher negra nesse processo. De acordo com a opinião dos legistas trazida ao jornal:

> — O Brasil, herdeiro de Portugal, mantendo uma estrutura patriarcal de família, fez a mulher negra pagar o preço dessa herança, por sua condição econômica-social e seu total desamparo, tornando-a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco [...] o fruto desse cruzamento de sangue, único produto brasileiro de exportação (mulata), recebe um tratamento extremamente degradante, sujo e desrespeitoso. Um velho ditado atravessa barreiras seculares: "branca para casar; negra para trabalhar; mulata para fornicar" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980c, p. 13).

Como já pontuamos, é perceptível ainda que a miscigenação – tão bem quista pelo governo civil-militar – nem sempre era bem-vista no caso pernambucano, visto que por vezes era avaliada como "calculada estratégia" de apagamento da população negra (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980, p. 13). No breve artigo, intitulado "Negro Hoje" que trata sobre programas televisivos envolvendo a cultura negra, o Diário de Pernambuco (1981b) voltou a tratar do corpo da mulher negra, dessa vez abordando a hipersexualização desses sujeitos femininos. No artigo é denotada ainda as constantes denúncias do MNU sobre como a imagem da mulher negra, lida como "mulata", era vendida externamente e como isso fomentava o turismo brasileiro. Assim, é possível inferir que, ainda que não cite diretamente o movimento negro, havia receptividade da redação do periódico às pautas específicas das pessoas negras e que a mulher demarcada racialmente pouco a pouco se tornava objetos desses debates.

A divulgação das pautas raciais, bem como o recorte de gênero dentro dos debates raciais, nos periódicos de grande circulação em Pernambuco, partia também do próprio Movimento Negro no Estado. O CECERNE, em edição do Diário de Pernambuco (1980d, p. 3), ao divulgar suas ações, cita os minicursos ofertados pelo centro que tinham como intuito "[...] informar e debater a história do negro em seus mais variados aspectos". As temáticas versavam sobre "A história do continente africano", "Aspectos econômicos da

escravatura", "Tradição de luta dos Negros", "O porquê do preconceito racial" e "A mulher negra". Elas eram também maioria na direção do Centro, como pode ser percebido através de outra edição do jornal Diário de Pernambuco (1980e), visto que entre os 6 componentes da diretoria à época – segundo o periódico, Sylvio Ferreira (presidente), Margarida Barbosa (vice-presidente), Maria Nogueira (primeira secretária), Josué Honório (segundo secretário), Inaldete Andrade (tesoureira) e Wanda Chase (Relações públicas) – 4 eram mulheres, ocupando, inclusive, cargos de vice-presidência e tesouraria, e sendo ao menos uma delas, declaradamente feminista: Inaldete Andrade[21].

Essas mulheres, a exemplo da jornalista Wanda Chase[22], representavam também o Movimento Negro Unificado (MNU) do Estado em congressos, encontros e palestras promovidos nacionalmente por movimentos sociais negros. Como a própria jornalista, algumas cediam entrevistas aos jornais pernambucanos tratando justamente das pautas de gênero dentro da questão racial, evidenciando ainda o comportamento da própria mídia em branquear sujeitos negros que ascendem socialmente (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982b; DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982c). A jornalista cita o caso da primeira senadora[23] do Acre, uma mulher negra, e da primeira mulher negra[24] que entrou para o Itamaraty, e que tal qual acontece com outros negros que ascendem socialmente, ambas foram branqueadas pela mídia impressa. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982c). Como consta em outra edição do Diário de Pernambuco (1981c) Inaldete Pinheiro foi uma das coordenadoras do I Encontro de Negros do Norte e Nordeste, o que demonstra a participação ativa dessas mulheres no movimento social negro em Pernambuco. Além dos cargos de poder dentro das associações protagonizadas por pessoas negras no Estado, elas criavam grupos de teatros, como o intitulado Abibimam, que teve como um de seus

[21] Inaldete Pinheiro de Andrade nasceu em 1946, na cidade de Parnamirim-RN. Mudou-se para a cidade do Recife ainda jovem, onde cursou Graduação em Enfermagem e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde jovem participa ativamente de ações em prol da igualdade racial. Foi uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco.

[22] Wanda Chase é jornalista, graduada pela Universidade Federal do Amazonas. Mudou-se para a cidade do Recife também muito jovem e atuou como repórter, produtora, editora, apresentadora e comentarista em várias emissoras de televisão e jornais do Norte-Nordeste. Também foi uma das fundadoras do Movimento Negro em Pernambuco.

[23] Ainda que Wanda Chase não cite diretamente o nome da senadora, tudo indica que se trata de Laélia Contreiras Agra de Alcântara (1923-2055), médica e política brasileira, eleita a primeira mulher negra a exercer tal mandato.

[24] Wanda Chase também não cita diretamente o nome da primeira mulher negra a ser diplomada pelo Itamaraty, contudo, parece se tratar de Mônica de Veyrac (1957-1985), nomeada Terceira-Secretária da carreira de diplomata em 19801, tornando-se aos 22 anos de idade a primeira diplomata negra do Brasil

criadores a própria Wanda Chase (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984b), assim como participavam dos elencos das peças promovidas sobre a população e cultura negras (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1983), a exemplo da peça denominada "O conto da Abolição", autoria de um dos membros do Abibiman, de nome, encenada pelo grupo teatral inclusive em escola pernambucanas e na Câmara de Vereadores do Recife

É preciso destacar que dentro dessas associações, muitas mulheres, por vezes protagonistas em suas criações e fundações, foram as responsáveis por introduzir os debates sobre gênero e condição da mulher negra. Como bem aponta Lima e Guillen (2021, p. 38),

> [...] as questões de gênero também emergiram, e houve nesses grupos a necessidade de muitas mulheres, a exemplo de Inaldete, Martha Rosa, Rosilene, Wanda e Telma Chase promoverem discussões sobre discriminação sexual, pautando também a discussão sobre a mulher negra, em seus discursos apontadas como duplamente discriminadas. Muitas dessas militantes estiveram também presentes na formação de grupos feministas, ou mesmo promoveram a formação de grupos de discussão de gênero dentro dos movimentos sociais negros.

Em nosso mapeamento, foi possível atentar também para o dado de que o CECERNE, buscava promover releituras a respeito do 13 de maio, comumente associado a imagem de uma concessão da Princesa Isabel ao povo negro. As edições mostram que o CECERNE buscava ainda integrar outras associações protagonizadas por pessoas negras no Estado, a exemplo dos Afoxés[25], à essas solenidades. Se valendo da figura feminina da mãe de cor preta, buscou divulgar em edição do Diário da Manhã (1984) e em outras do Diário de Pernambuco (1984c; 1984d; 1984e; 1984f), para além das ações que desenvolveu em comemoração ao 13 de Maio, iniciativas que visavam o tombamento de baobás[26] e a ereção de monumentos votivos à população negra, sobretudo às mulheres de cor preta que embalaram gerações brancas e que representavam a dívida da população brasileira à sua parcela negra, dívida esta que, segundo o Centro, passaria a ser cobrada.

É válido apontar baseando-se em edições do Diário de Pernambuco (1982e; 1984g; 1982f; 1984g) que, para além do CECERNE, o Movimento Negro em Pernambuco participava ativamente de iniciativas que tinham como motes as pautas das mulheres negras dentro dos movimentos sociais negros ao redor do país, chegando

[25] Afoxé diz respeito, em Pernambuco, assim como em outros estados do nordeste, a um ritmo musical.
[26] O baobá é considerado uma árvore sagrada em muitas culturas africanas, sobretudo porque representam a conexão entre o mundo sobrenatural e o mundo material.

inclusive a promovê-las no Estado. É possível elencar também, a partir dessas edições, que militantes do Movimento Negro do Recife participaram de eventos como as edições do Encontro de Negros do Norte e Nordeste, em que discutiram "O problema da mulher negra" (DIÁRIO DE PENRNAMBUCO, 1982e) e "a discriminação da mulher negra e da empregada doméstica" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984g), o que desvela a preocupação desses encontros em evidenciar as mulheres negras nas esferas social e econômica e que o movimento negro no Estado estava imerso nessas discussões. Em anúncio intitulado "Mulher Negra" de 1982, o periódico Diário de Pernambuco ressalta a participação de Wanda Chase, representando o Movimento Negro do Recife, no Encontro Nacional Afro-brasileiro, dando ênfase ao fato de que no Encontro, o tema "Mulher Negra: tripla discriminação" seria amplamente discutido (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1982f). Sobre o MNU, especificamente, é válido apontar que os anos de 1970, em que o movimento despontou, foram marcados pelo recrudescimento de movimentos sociais, ao passo que também viu uma pluralidade de manifestações culturais a nível nacional.

> Nessa década o MNU (Movimento Negro Unificado) surge a partir da união de uma série de outros movimentos negros, quase todos de caráter regional. [...] Não há como se pensar os movimentos negros fora desse contexto nacional, em que a luta pela redemocratização dá o tom das questões políticas [...] O MNU, nesse processo, dá corpo à campanha de questionamento do dia 13 de maio como marco na história dos negros e negras brasileiros, processo este que culminou com a reivindicação de que o 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, fosse considerado o dia da consciência negra. Todos os aspectos culturais sofreram o impacto dessas mudanças, não é demais ressaltar (LIMA e GUILLEN, 2021, p. 17).

Como pontuamos, ações como aquelas promovidas pelo CERCENE buscavam questionar o "13 de maio" como algo cedido pela Princesa Isabel, buscando, nesse interim, destacar a participação da população negra no processo de abolição. E assim como ocorria em âmbito nacional, os de 1970 e 1980 assistiram também a uma campanha que visava positivar figuras negras, a exemplo de Zumbi dos Palmares, bem como desenvolver ações, eventos e encontros que tinham como principal intuito discutir aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos voltados a população de cor preta no Brasil. Assim, militantes do Movimento Negro do Recife participaram também do V Congresso do Movimento Negro Unificado em que foi tratado o tema da esterilização da mulher negra, conforme o trecho transcrito abaixo.

> [...] as mulheres de São Paulo denunciaram a distribuição do Dispositivo Intrauterino sem nenhuma assistência médica ocasionando hemorragias a até o câncer. O DIU é distribuído com as comunidades carentes, que nada mais são que os negros que estão lá nas favelas. "É importante que se diga", asseguram as mulheres negras, que esta é mais uma forma de tornar infértil a mulher negra como, também, barrar o crescimento da comunidade negra através do controle da natalidade. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1984g).

Com isso, percebe-se que as matérias, anúncios, artigos e reportagens aqui elencadas corroboram com a afirmação de que os movimentos sociais negros, associações e centros protagonizados por pessoas negras em Pernambuco, se valiam, ainda que de forma tímida, da mídia impressa para divulgar suas ações, algumas delas voltadas para o estudo e denúncia da condição da mulher negra, bem como à exaltação da mulher negra como componente essencial da preservação da cultura afro-brasileira. Exploração do corpo, miscigenação, marginalização, afetividades, postos de trabalho, racismo, esterilização forçada, bem como discriminação racial e de gênero, trabalho e salário se configuravam como as principais pautas debatidas quando se tratava das mulheres negras entre os anos do Regime. Nesse sentido, é válido destacar que, em Pernambuco, elas encabeçaram os movimentos sociais protagonizados por pessoas negras no sentido de debater as questões raciais em um Brasil que estava imerso no mito da democracia racial, que velava seu racismo e exportava uma suposta harmonia entre as raças.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mapeamento aqui empreendido nos permite apontar que das 450 menções a população negra brasileira obtidas com os descritores em nossa pesquisa, salvo as menções que apareceram em mais de um descritor, apenas 26 tratavam diretamente da condição da mulher afro-brasileira. Mais do que isso, é preciso ressaltar que dessas 26 menções, 16 estavam ligadas diretamente aos movimentos sociais negros em Pernambuco durante o período aqui recortado. Os números apontam que nos anos de 1960 os debates sobre as mulheres negras e suas pautas ainda não estavam consolidados em terras pernambucanas, contudo, é perceptível a aparição dessas pautas na segunda metade da década de 1970 e, sobretudo, ao longo dos anos de 1980, com a criação de centros de estudos e promoção da cultura negra no Estado, encontros e congressos dos movimentos negros, e grupos teatrais, todos protagonizados por mulheres negras, há que se ressaltar.

Este estudo revela que as discussões atuais de movimentos como o próprio feminismo negro encontram raízes naquelas produzidas pelas mulheres negras na época

do Regime Civil-Militar. Nomes como o da socióloga Lélia Gonzalez, e de pernambucanas como Wanda Chase e Inaldete Andrade, demonstram que esses sujeitos femininos, ainda que diante de uma sociedade androcêntrica e racista, se colocaram em posição de resistência e fizeram de suas experiências o mote para lutarem por um país mais justo e igualitário para a população afro-brasileira. Além disso, o Regime Civil-Militar se fazia presente e buscava investigar, cercear e perseguir militantes negros que ameaçavam a ordem – nem aparentemente perfeita – da harmonia racial vendida do Brasil.

Seus corpos erotizados e explorados, suas mentes consideradas inferiores e seus afetos marginalizados foram se tornando ao longo dos anos de chumbo motivos de discussões e de posturas combativas entre estudiosos e militantes. É possível pontuar que tal cenário foi endossado pelo fim da prevalência dos Atos Inconstitucionais (AI's), especialmente o AI-5, caracterizado por permitir que o governo executivo cassasse mandatos legislativos, executivos, federais, estaduais e municipais, bem como suspendesse os direitos políticos dos cidadãos. Durante o processo de abertura política no Brasil, que ocorreu a partir do final da década de 1970 até meados da década de 1980, também diversos movimentos sociais emergiram e ganharam força, tal qual o movimento negro que desempenhou – e ainda hoje desempenha – um papel crucial na pressão por mudanças democráticas, na ampliação dos direitos civis e na reivindicação por justiça social.

Em Pernambuco, mais precisamente, é perceptível que a mídia impressa ao menos o Diário de Pernambuco buscava se imiscuir nos debates a respeito da situação da mulher negra brasileira, buscando, por vezes, "educar" os leitores para uma formação voltada às relações raciais. Talvez fruto da ordem do próprio Regime Civil-Militar? Ainda é uma questão a ser debatida, mas o que se pode apontar é que havia um clima social em Pernambuco que incitava os leitores dos periódicos a leitura de temas que há muito tempo encontravam-se escamoteados nas universidades, no movimento feminista e, durante algum tempo, no próprio movimento negro. O movimento negro, em particular, e as mulheres que dele eram partícipes, a partir dos anos de 1970, se tornaram responsáveis pelo crescimento dessas discussões.

É preciso, no entanto, reafirmar que esta pesquisa teve o caráter preliminar e tomou como ponto de partida os jornais de maior circulação no Estado, sendo necessária a investigação de periódicos produzidos pela própria população negra e para a população

negra em Pernambuco, dentro e fora do período aqui estudado, como é o caso dos jornais Angola (1981), do Centro de Cultura Afro-Brasileira; Negritude (1986), do Movimento Negro Unificado de Pernambuco; Negração (1988), do Afoxé Alafin Oyó; Djumbay (1992), da Djumbay e Omnira (1993), também do Movimento Negro Unificado de Pernambuco. A aparição das pautas dessas mulheres no escopo dos discursos consolidados dentro e fora do movimento negro como resultado de uma luta da qual as mulheres negras se fizeram protagonistas. Suas dores se transpuseram em lutas, lutas que até hoje se ramificam e se frutificam.

5. REFERÊNCIAS

BAIRROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 3, n.2, 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462. Acesso em: 15 set. 2023.

BARBOSA, Cibele. Imagens afro-atlânticas: usos e circuitos transnacionais da fotografia de populações negras nos tempos do colonialismo. **Revista Tempo**. Niterói. v.27, n.3, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/R3GDk4c8fjwJTrVZLnw6vKw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011. Disponível em http://arquivo.geledes.org.br/emdebate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-ofeminismo-a-situacao-da-mulher-negra-naamerica-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-degenero. Acesso em: 25 abr. 2023.

COLLING, A. M. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPSIS**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 370–383, 2015. DOI: 10.5216/o.v15i2.33836. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/33836. Acesso em: 5 ago. 2023.

COLLING, Ana Maria. Vozes silenciadas: a ditadura brasileira e as mulheres: Dossier "Ditadura Militar no Brasil". **Contenciosa**, *[S. l.]*, n. 8, 2018. DOI: 10.14409/contenciosa.v0i8.8591. Disponível em:

https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/8591.Acesso em: 5 ago. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no brasil de 1500 a 2000. 1ª ed. São Paulo, Planeta, 2020.

DIÁRIO DA MANHÃ: jornal diário. Ed. 510, 10 de maio. Recife, 1984.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 15, 16 de janeiro. Recife, 1976.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 156, 11 de junho. Recife, 1977.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 61, 5 de março. Recife, 1978a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 258, 22 de setembro. Recife, 1978b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 127, 13 de maio. Recife, 1980a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 63, 6 de março. Recife, 1980b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 280, 15 de outubro. Recife, 1980c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 202, 28 de julho. Recife, 1980d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 133, 19 de maio. Recife, 1980e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 183, 8 de julho. Recife, 1981a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 159, 13 de junho. Recife, 1981b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 118, 3 de maio. Recife, 1982a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 201, 25 de julho. Recife, 1982b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 74, 18 de março. Recife, 1982c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 258, 20 de setembro. Recife, 1982d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 112, 27 de abril. Recife, 1982e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 201, 25 de julho de 1982. Recife, 1982f.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 318, 19 de novembro. Recife, 1983.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 212, 5 de agosto. Recife, 1984a.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 126, 1 de maio. Recife, 1984b.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 127, 12 de maio. Recife, 1984c.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 262, 24 de setembro. Recife, 1984d.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 263, 25 de setembro. Recife, 1984e.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 266, 28 de setembro. Recife, 1984f.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 109, 23 de abril. Recife, 1984g.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO: jornal diário. Ed. 166, 18 de junho. Recife, 1985a.

FREITAS, André Luiz Ranucci. **Quebra das estátuas:** possibilidades de uma (re)escrita decolonial e pública da história. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos. Brasília: **Anpocs** (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/40454/31497. Acesso em 13 set. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. al.]. 5. ed. 4. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

LIMA, Ivaldo Marciano de França; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. (orgs). **Movimentos sociais negros em Pernambuco**: memória(s) e história(s). Recife: Editora UFPE, 2021.

MAUAD, Ana Maria. **Janelas que se abrem para o mundo**: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. Rio de Janeiro. vol.10, n.12, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. In: **Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais: Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p.

275-288, jul./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTOS, Alessandra Maria. **A interiorização da educação popular em Pernambuco (1956 a 1964):** Nazaré da Mata (Mata Norte), Palmares (Mata Sul) e Caruaru (Agreste) (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SCHWARCZ, Lilia Schwarcz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHOLL, Camille Johann. Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero. In: FONSECA, Mariana Bracks.; OLIVEIRA, Fernanda Chamarello de. **África e suas relações de gênero.** Edições Áfricas, Rio de Janeiro, 2019, p. 155-184

TAVARES, Geovane Augusto da Costa. **"Questão de consciência":** Atuação da TFP em Pernambuco a partir das Páginas do Diario de Pernambuco (1960-1968). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.